

Fragilidades epistemológicas do antimentalismo e uma possível saída na teoria comportamental da mente

Epistemological fragilities of antimentalism and a possible way out in the behavioral theory of mind

Diego Zilio¹, Filipe Lazzeri²

(orcid.org/0000-0002-3506-7665), (orcid.org/0000-0002-9804-8867)

[1] Universidade Federal do Espírito Santo [2] Universidade Federal de Goiás **Título abreviado:** Teoria comportamental da mente | **Endereço para correspondência:** Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – ES, Brasil. CEP: 29075-910 | **Email:** dzilioufes@gmail.com | **doi:** 10.18761/AB70DZFL_03

Resumo: Por ocasião dos cinquenta anos da publicação do livro *About Behaviorism*, de B. F. Skinner, este ensaio revisita o capítulo “O que há dentro da pele?” (“What is inside the skin?”), com o objetivo de reavaliar alguns dos fundamentos filosóficos do comportamentalismo radical. Partimos da distinção latente entre duas dimensões do projeto skinneriano: como filosofia da ciência do comportamento e como filosofia da mente, que propõe uma teoria comportamental da mente. Argumentamos que as justificativas epistemológicas apresentadas por Skinner em defesa das explicações comportamentalistas são insuficientes para fundamentar a crítica antimentalista. No entanto, a teoria comportamental da mente – ao sugerir que a mente é composta por comportamentos em relações de interação dinâmica com o meio, e não como algo interno e iniciador deles – oferece uma base mais promissora para um contraponto ao mentalismo. Nesse contexto, o antimentalismo deve ser compreendido menos como uma rejeição de constructos mentais por razões epistemológicas e mais como uma consequência de uma tese ontológica sobre a natureza dos fenômenos psicológicos. Essa tese deve ser combinada com um pluralismo teórico moderado, que, além de abandonar pretensões exclusivistas, busca beneficiar-se das convergências parciais com outras tradições de pesquisa.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Skinner; Mentalismo; Filosofia da Mente; Problema Mente-Corpo; Natureza Comportamental da Mente.

Abstract: On the occasion of the fiftieth anniversary of B. F. Skinner's *About Behaviorism*, this essay revisits the chapter "What is Inside the Skin?" to reassess the philosophical underpinnings of radical behaviorism. We begin by highlighting the latent distinction between two dimensions of Skinner's project: as a philosophy of the science of behavior and as a philosophy of mind that advances a behavioral theory of mental or psychological phenomena. We contend that the epistemological justifications offered by Skinner in defense of behaviorist explanations are insufficient to substantiate the antimentalist stance. However, the behavioral theory of mind—which conceives of the mind not as an internal causal entity, but as a set of behavior patterns embedded in dynamic relations with the environment—provides a more promising basis for an alternative to mentalism. In this context, antimentalism should be understood less as a rejection of mental constructs for epistemological reasons and more as a consequence of an ontological claim about the nature of psychological phenomena. This thesis should be combined with a moderate theoretical pluralism that avoids exclusivist commitments and seeks to benefit from partial convergences with other research traditions.

Keywords: Radical Behaviorism; Skinner; Mentalism; Philosophy of Mind; Mind–Body Problem; Behavioral Nature of the Mind.

Concebido como um projeto para dirimir equívocos comuns sobre a Análise do Comportamento (Skinner, 1983), o livro *About Behaviorism*, publicado em 1974, forneceu uma introdução ao que Skinner (1974) denominou ser a “filosofia dessa ciência” (p. 3). Diríamos hoje ser *uma* filosofia dessa ciência – ao lado de variantes teóricas alternativas de fundamentação, como os behaviorismos molar, teórico, intencional e o contextualismo funcional (Zilio & Carrara, 2021) –, não a única, embora continue a ser bem-sucedida como proposta de maior destaque. Em sua autobiografia, Skinner (1983) comenta que usou o manuscrito do livro em seu seminário avançado de Análise Experimental do Comportamento, obtendo boa receptividade, o que pode ter justificado a publicação de uma “college edition” voltada para uso em disciplinas de ensino superior. É justamente no prefácio desta “college edition” que se lê: “O behaviorismo é tanto uma crítica de teorias tradicionais quanto um esforço para esclarecer a natureza e o propósito da análise científica” (p. xiii).

Há nessa passagem uma divisão latente entre duas dimensões que constituem o comportamentalismo radical. Nomearemos a primeira delas de “teoria da mente”, pois diz respeito a como o comportamentalismo radical concebe os fenômenos mentais ou psicológicos como sendo de natureza comportamental (Zilio, 2010) e, nisso, inclui uma “crítica às teorias tradicionais” (p. xiii). Para todos os efeitos, essa teoria comportamentalista da mente faz com que o behaviorismo (ou comportamentalismo) radical figure no campo da filosofia da mente. Trata-se de uma concepção sobre em que consiste a esfera conceitual do psicológico, envolvendo compromissos com relações redutivas ou emergentes dela com esferas como as do comportamental, fisiológico e sociocultural (Lazzeri & Zilio, 2023). A segunda dimensão, por sua vez, diz respeito à epistemologia comportamentalista radical; particularmente, ao que Skinner entende por fazer ciência, incluindo sua (suposta) “natureza” e seu “propósito”. Seria o comportamentalismo radical em parte uma epistemologia (pragmatista para alguns; por ex., Lattal & Laipple, 2003; Lopes et al., 2018; Moore, 2008) da ciência do comportamento, composta por ditames sobre as condições sob as quais seria razoável, e outras sob as quais não seria razoável, tomar um conjunto de dados como

evidências adequadas; os modos promissores de se interpretar os fenômenos de seu escopo de estudo dentro e fora do laboratório; e assim por diante.

O objetivo deste ensaio é promover uma reflexão sobre o capítulo “O que há dentro da pele?” (“*What is inside the skin?*”), a partir dessa divisão entre teoria da mente e epistemologia comportamentalista radical.

Iniciaremos explanando o que Skinner entende por explicação mentalista do comportamento, para, em seguida, analisar as justificativas do autor a favor da alternativa comportamentalista. Argumentaremos que as justificativas epistemológicas apresentadas por Skinner (1974) em defesa das explicações comportamentalistas são problemáticas. Diante dessa situação, sugeriremos que o antimentalismo tem maior peso como um efeito da teoria da mente comportamentalista radical, ou seja, como um contraponto a partir de seu posicionamento ontológico sobre a natureza comportamental da mente. Sugeriremos que esse contraponto se torna mais razoável se combinado com um pluralismo teórico moderado, que abandone as pretensões exclusivistas subjacentes à crítica de Skinner ao mentalismo, e que, além disso, busque aprofundar convergências parciais com outras tradições de pesquisa.

Explicações centradas em interações com o ambiente vs. explicações centradas no interior do organismo

Em texto clássico sobre o tema, Skinner (1950) definiu explicações mentalistas da seguinte maneira: “. . . qualquer explicação de um fato observado que recorra a eventos que ocorrem em outro lugar, em outro nível de observação, descritos em termos diferentes e medidos, se é que são medidos, em dimensões diferentes” (p. 193). Este “outro lugar” ao qual Skinner se refere seria outro em comparação à dimensão comportamental. Faz-se referência a eventos que não são comportamentais – sejam reconhecidos pelo autor, como, por exemplo, eventos químicos; sejam eventos com os quais sua abordagem não assume compromisso ontológico, como, por exemplo, aquelas próprias do dualismo cartesiano – para explicar os comportamentos, e não ao

âmbito das relações marcadamente históricas entre comportamentos, contextos e consequências. Dessa forma, estar em “outro lugar” implica também um nível de análise distinto do comportamental e um vocabulário próprio que não se confunde com o da Análise do Comportamento. No livro de 1974, Skinner assim se expressa: “Na visão mentalista tradicional . . . uma pessoa é um membro da espécie humana que se comporta da maneira como se comporta *por causa* de muitas características ou atributos internos, entre eles sensações, hábitos, inteligência, opiniões, sonhos, personalidades, humores...” (p. 207, ênfase nossa).

Skinner em vários momentos sugere, ao longo do livro, que sua abordagem reconhece haver sensações, hábitos, opiniões, sonhos, etc., porém não como eventos que causam, ou “iniciam”, os comportamentos, antes sendo eles próprios fenômenos formados por comportamentos (episódicos ou em agregados, manifestos ou encobertos, conforme o caso; Lazzeri, 2017), que não explicam *por que* eles ocorrem. Aqui a ênfase é em certos fenômenos serem ou não explicativos do comportar-se, sem relevância para observabilidade ou inobservabilidade.

Para Hineline (1990), explicações mentalistas seriam centradas no “organismo” – em processos “cognitivos” ou “mentais” tomados em sentido *sui generis*, e não como fenômenos compostos por comportamentos em suas relações com o meio. Por sua vez, as explicações comportamentalistas seriam centradas no “ambiente”, não apenas atual, que precede imediatamente a ação e na qual este ocorre, mas também a história de interação do organismo com o ambiente. O comportamentalismo radical realça especialmente as variáveis históricas para compreender como o cenário atual adquiriu função de “controle” (isto é, influência) sobre o comportar-se. Desenvolveremos as diferenças entre mentalismo e comportamentalismo adiante. Por ora, as características aqui descritas são suficientes para compreender os argumentos de Skinner (1974).

Estamos diante de uma encruzilhada. Qual caminho seguir? As “teorias tradicionais psicológicas” referidas por Skinner (1974) seguem caminhos mentalistas. A Análise do Comportamento segue caminhos comportamentalistas. Na seção “Bases para Comparação”, Skinner apresenta seis motivos para escolhermos os últimos. Esses motivos figu-

ram na dimensão epistemológica do comportamentalismo radical. Isto é, Skinner tenta argumentar por que *explicações* comportamentalistas seriam melhores se comparadas às *explicações* mentalistas.

A primeira diz respeito à simplicidade das explicações e Skinner (1974) é cuidadoso ao informar que “não podemos dizer que uma é mais simples que a outra” (p. 208), ainda que seja “possível, de fato, que uma análise comportamentalista venha a ser mais complexa” (p. 208). O problema aqui seria estabelecer um critério inequívoco a partir do qual poderíamos avaliar o grau de simplicidade e/ou complexidade das alternativas. Poderia um princípio da parcimônia assumir essa posição? Não, se ele nos dizer justamente para, diante de duas explicações possíveis, optar pela explicação mais “simples”. Isto é, precede ao princípio o critério definidor de simplicidade. Seria a “redução a um número mínimo de termos” (Skinner, 1950, p. 216) e conceitos? Talvez não nos ajude porque “referências a estados e atividades mentais fazem distinções que devem ser reformuladas em termos de contingências de sobrevivência ou de reforço” (Skinner, 1974, p. 208). Em outras palavras, a escolha entre uma alternativa e outra implica adoção de um vocabulário e arcabouço conceitual em termos dos quais a esfera dos conceitos psicológicos será entendida. São formas distintas de descrever os fenômenos focos de análise. Tratar-se-ia de fornecer explicações a partir de um conjunto de compromissos ontológicos mais enxuto que os das teorias mentalistas? Possivelmente, mas conquanto se obtendo maior grau de sucesso, e aqui os critérios de sucesso podem ser variados e, como veremos, controversos.

Explicações são variantes comportamentais verbais algumas das quais são selecionadas e mantidas por uma comunidade verbal. Essa comunidade verbal pode ser restrita, como, por exemplo, apenas na comunidade de analistas do comportamento, ou mais ampla, como toda a comunidade científica interessada em compreender processos psicológicos. Talvez a essa comunidade verbal mais ampla, explicações mentalistas sejam consideradas mais simples por serem mais acessíveis. Afinal, os termos psicológicos comuns já fazem parte do repertório verbal de seus membros. A “psicologia popular” seria tipicamente mentalista tal como as “teorias tradicionais” são mentalistas. Adotar a perspectiva

comportamentalista implica uma mudança significativa de vocabulário e visão de mundo acerca dos fenômenos psicológicos, uma visão que é disruptiva, senão, de certa forma, revolucionária (Laurenti & Lopes, 2022). Portanto, talvez seja pragmaticamente mais simples manter o vocabulário psicológico comum e seu uso tipicamente mentalista. Para alguns padrões epistemológicos, o sucesso esperado com as explicações pode ser maior a partir de compromissos mentalistas. Alinhado a essa ideia, tem-se os dados empíricos que sugerem a maior aceitação da comunidade verbal por explicações que não usam o vocabulário da Análise do Comportamento (Becirevic et al., 2016; Sá et al., 1984).

O segundo motivo elencado por Skinner (1974) trata da acessibilidade e manipulação dos processos mentais (emoções, humores, pensamentos, etc.) e comportamentais. Segundo o autor, os primeiros – quando interpretados sob ótica mentalista, e não como fenômenos comportamentais – são inacessíveis e, por consequência, não manipuláveis diretamente: “ninguém nunca modificou diretamente qualquer das atividades ou traços *mentais*” (p. 208); e sentencia: “A mudança do comportamento, embora ainda esteja em sua infância, tem sido bem-sucedida, enquanto abordagens mentalistas continuam a fracassar” (p. 209). Para Skinner (1974), nesse quesito seria uma vitória da abordagem comportamentalista. Mas seria, de fato, o caso?

Acreditamos que Skinner (1974) tenha aglutinado aqui problemas distintos. O primeiro tem a ver com a acessibilidade dos fenômenos aos quais o mentalismo se refere. Nem todas as classes de comportamentos são diretamente acessíveis (Lazzeri & Zilio, 2024; Zilio & Dittrich, 2014). Como Skinner (1974) mesmo informou: não é acessibilidade que define o comportamento. Este, para Skinner, não se restringe ao movimento físico e manifesto, antes seus parâmetros relevantes sendo uma questão de “contingências”, isto é, se se trata de atividades do organismo cuja probabilidade de ocorrência depende de uma rede de aspectos contextuais antecedentes e consequentes ao comportar-se.

O segundo problema tem a ver com a “modificação direta”. Mas o que Skinner quis dizer com “direta”? No limite, comportamentalistas não modificam *diretamente* o comportamento. O comportamento não é um pedaço de argila que podemos

manipular diretamente com nossas mãos para dar a forma desejada. O comportamento não está *lá* à espera de ser modificado. Na verdade, ele não está discretamente em lugar algum, assim como “não há luz no filamento [da lâmpada]” (Skinner, 1985, p. 294). Comportamentos acontecem, tratando-se de processos que tomam maior ou menor tempo, situados em contextos e em relações com variáveis históricas, e não coisas discretas que possam ser localizadas como um vaso de argila. Comportamentalistas manipulam diretamente o *ambiente* e, de modo mais restrito ainda, o fugaz ambiente presente, visando, com isso, afetar de alguma forma o comportamento que se seguirá à manipulação. Além disso, comportamentos que se seguirão podem ser acessíveis ou não, privados ou públicos, abertos ou encobertos (ou uma mescla disso). Dessa forma, parece ser incorreto dizer que comportamentalistas manipulam *diretamente* o comportamento.

Nesse ponto, como bem assinalou Schnaitter (1986), “todo mundo na psicologia, mentalistas e behavioristas, confiam em dados comportamentais porque este é o único tipo de dado disponível. . . . O que está em questão é o uso feito desses dados” (p. 251). Comportamentalistas e mentalistas manipulam variáveis independentes ambientais (e.g., estabelecem uma tarefa via uso de regras e instruções, apresentam estímulos, instauram uma condição de relação funcional entre certas classes de comportamentos e certas consequências) em seus delineamentos experimentais e observam os efeitos da manipulação em dados comportamentais manifestos (e.g., tempo de reação, relatos verbais, pressões a barras, cliques em telas de computador).

Ou seja, em ambos os casos são manipuladas as variáveis independentes que lhes cabem. A diferença é que a abordagem comportamentalista usaria os dados para explorar as propriedades dinâmicas do comportar-se em relação com propriedades do ambiente, igualmente dinâmico, enquanto as abordagens mentalistas usariam os dados para inferir propriedades da dimensão mental tomada como algo *sui generis* por detrás do comportamento (como se a dimensão mental não fosse a própria esfera das interações do organismo com o meio). Ainda assim, cabe assinalar que esta diferença tem se tornado cada vez mais tênue (Burgos & Killeen,

2019). Quadros relacionais, por exemplo, são tão inobserváveis quanto uma memória de curto prazo, ao passo que o responder relacional arbitrário é tão observável quanto o recordar (abordaremos os construtos adiante).

O terceiro motivo apresentado por Skinner é o uso na previsão, mas novamente reconhece que uma “decisão seja talvez mais difícil se simplesmente quisermos prever o comportamento” (p. 209). Isso porque não há como negar a utilidade das explicações em termos mentais na previsão do comportamento. Por exemplo, informar que uma pessoa está “triste” ou “depressiva” pode ser um preditor relevante sobre como ela irá se comportar em um encontro social. Alegar que a memória de trabalho possui uma capacidade de estocagem “X” é um preditor relevante sobre como em média as pessoas se comportam em tarefas mnemônicas. O quão um ou o outro tipo de explicação é mais preditor depende de fatores tais como a familiaridade com o comportamento que se deseja prever, sua história e o repertório comportamental do(a) agente. Assim, o critério de previsão se mostra também insuficiente.

O uso de interpretações configura o quarto motivo apresentado por Skinner (1974). Interpretações se dão quando o comportamento ocorre “em condições que não podem ser descritas com exatidão e cujas histórias estão fora de alcance” (p. 209). Contudo, Skinner (1974) apenas afirma que “uma explicação comportamental ainda é mais útil do que uma mentalista para interpretar o que uma pessoa está fazendo ou por que ela se comporta da maneira como se comporta em tais circunstâncias” (p. 209), e que “se vamos fazer suposições, é mais útil supor sobre a herança genética e a história ambiental do que sobre os sentimentos que resultaram delas” (p. 210).

Por que seria mais útil? A razão não é autoevidente e não está clara no texto skinneriano. Teria a ver com a possibilidade de manipulação do ambiente histórico e da “genética” do organismo? Como vimos anteriormente, ambas as propostas compartilham variáveis independentes semelhantes; isso sem entrar na questão dos potenciais perigos de “achismos” genéticos. O ponto para Skinner é que talvez seja mais útil apresentar um cenário plausível de história de seleção que possa

ter produzido o comportamento alvo da interpretação do que uma interpretação que o explique a partir de processos mentais pré-comportamentais. Mas notem que isso não é um argumento em favor de um ou outro, mas apenas a delimitação das diferenças entre explicações mentalistas e comportamentalistas. Para justificar a ideia de ser mais útil esse último tipo de explicação, aparentemente Skinner recai em um dos critérios anteriormente discutidos, como o de preditividade, os quais, como vimos, são problemáticos.

O quinto argumento tem a ver com o quanto devemos retroceder na “cadeia causal” em nossas explicações. Em suas palavras:

. . . tem-se argumentado que é preciso parar em algum ponto ao seguir uma cadeia causal no passado, e que poderíamos muito bem interrompê-la no nível psíquico. Claramente, é isso que se faz na maioria das vezes em discussões mentalistas, e é por isso que elas bloqueiam investigações ulteriores. É verdade que poderíamos rastrear o comportamento humano não apenas até as condições físicas que o moldam e o mantêm, mas também até as causas dessas condições e as causas das causas, quase *ad infinitum*. No entanto, não há sentido em retroceder além do ponto em que uma ação efetiva pode ser tomada. Esse ponto não se encontra na psique, e a força explicativa da vida mental tem diminuído constantemente à medida que o potencial explicativo do ambiente tem se tornado mais claramente compreendido. (p. 210)

Para Skinner (1974), devemos retroceder nessa cadeia causal até o ponto que torne possível a “ação efetiva” diante do fenômeno foco de estudo. Para ele, esse ponto estaria no ambiente (“condições físicas que modelam e mantêm” o comportamento), e não na “psique”. Contudo, há diversos problemas com este argumento.

A ideia de cadeia causal linear que apresenta os eventos ambientais, mentais e comportamentais em uma ordem sucessiva de causalidade é estranha à

epistemologia comportamentalista radical (Chiesa, 1994; Lazzeri & Zilio, 2025). Ademais, há aqui a manutenção da dicotomia interno-externo, que subsidia a distinção entre explicações centradas no organismo (internalistas) e explicações centradas no ambiente (externalistas), o que acaba por validar a própria existência do elo intermediário mentalista. Em suma, a própria ideia de “cadeia causal” não deveria nem ser colocada à luz do comportamentalismo radical, que se compromete, antes, com redes de múltiplas variáveis que influenciam o comportar-se, em relações de retroalimentação não lineares (Queiroz et al., 2022).

Mas suponhamos por um instante que a cadeia causal ambiente-mente-comportamento faça sentido no comportamentalismo radical. Sendo esse o caso, Skinner (1974) argumenta que parar no elo “mental” interdita investigações ulteriores sobre o papel do ambiente na seleção e manutenção de comportamento. E mais, explicações baseadas no elo “mental” não promoveriam “ação efetiva”. Skinner não define, nessa passagem, o que ele entende por “ação efetiva”, mas usa o critério como a bússola a nos guiar no processo de investigação retroativa da cadeia causal que poderia, muito bem, seguir indefinidamente se não fosse pelo critério da ação efetiva.

No fechamento do livro, Skinner (1974) menciona mais uma vez a “ação efetiva”: “[O conhecimento científico] é um corpo de regras para a ação efetiva, e há um sentido especial em que isso pode ser considerado ‘verdadeiro’ se resultar na ação mais efetiva possível” (p. 235). Novamente, ficamos sem uma definição de “efetividade”. Em outro texto, o autor (Skinner, 1969) é mais informativo: “A ciência é, em grande medida, uma análise direta dos sistemas reforçadores encontrados na natureza; ela se preocupa em facilitar o comportamento que é reforçado por eles” (p. 143). Ao que parece, em sentido geral, agir “efetivamente” no mundo consiste em maximizar o contato com consequências reforçadoras e diminuir o contato com eventos aversivos. A efetividade das teorias científicas estaria atrelada ao quanto elas contribuiriam para a resolução de problemas.

Esses argumentos, no entanto, não são suficientes para invalidar explicações mentalistas, primeiramente porque não é uma consequência lógica e

inevitável a interdição da investigação do papel do ambiente em explicações mentalistas. Pelo contrário, como vimos, em ambas as propostas as variáveis independentes são ambientais, embora em diferentes medidas. Em segundo lugar, também não é simples desqualificar a importância pragmática de explicações mentalistas na resolução de problemas. É como se toda a “psicologia tradicional”, por exemplo, não tivesse contribuído de alguma forma para dirimir sofrimento humano; ou se as teorias da economia comportamental não tivessem poder de aplicação por falarem de “arquiteturas de escolha” ou algo do tipo; ou se todo o paradigma informacional que fundamenta boa parte da psicologia cognitiva, cibernética e inteligência artificial não fosse relevante porque é centrada no conceito de “informação”.

Por fim, Skinner (1974) argumenta que a proposta comportamentalista facilitaria uma aproximação com outras áreas do conhecimento: “Qual posição promove mais prontamente uma troca cooperativa com as ciências sociais, por um lado, e com a fisiologia, por outro? Aqui, novamente, a posição behaviorista parece ocupar o primeiro lugar” (p. 210). Infelizmente, o otimismo skinneriano não se concretizou. As neurociências são predominantemente cognitivas (Zilio, 2013); a psicologia social é predominantemente cognitiva (Álvaro & Garrido, 2003/2006); e as ciências sociais e culturais, quando dialogam com a dimensão psicológica/comportamental, é tipicamente com propostas mentalistas (Guerin, 2021). Por outro lado, a Análise do Comportamento apresenta-se como área isolada em relação às outras ciências interessadas em estudar o comportamento (Cruz, 2016; Zilio & Gonçalves, 2022).

Significa isso que deveríamos nos render ao mentalismo para ampliar as parcerias com outros programas de pesquisa científica? Não, como o próprio Skinner parece sugerir no trecho em questão. No entanto, é possível – e desejável – buscar colaborações profícuas com tradições de pesquisa afins, cujas proximidades muitas vezes permanecem despercebidas por ambas as partes. É o caso, por exemplo, da psicologia sócio-histórica (Fedorov, 2010; Lazzeri & Zilio, 2025) e de certas abordagens enativistas (Lazzeri, 2019; Queiroz et al., 2022). De maneira mais ampla, é promissor aspirar ao fortalecimento do poder explicativo e do alcance prá-

tico da Análise do Comportamento por meio da identificação e desenvolvimento de convergências parciais (El-Hani, 2023) com diversas tradições de pesquisa – inclusive aquelas ancoradas em modos tradicionais de produção de conhecimento, como os saberes indígenas e quilombolas –, à luz de um pluralismo teórico comprometido com a adequação empírica e com a responsividade crítica (Harding, 2015; Lazzeri, 2025; Lazzeri & Zilio, 2024; Zilio & Gonçalves, 2022).

Essa proposta implica a renúncia a pretensões de exclusividade teórica no campo científico, o que se mostra mais condizente com os próprios limites da argumentação epistemológica skinneriana, conforme discutido anteriormente. Além disso, tal postura favorece uma apreciação mais ampla (uma popularização) das qualidades do comportamentalismo radical, cuja fertilidade conceitual pode ser melhor reconhecida por meio do diálogo construtivo do que pela tentativa de afirmar a suposta inferioridade de outras abordagens que, ao seu próprio modo, apresentem também significativo poder na resolução de problemas.

Importa ressaltar, contudo, que essa postura não equivale à aceitação de um relativismo epistêmico: algumas teorias se mostram, com base em critérios objetivos, mais empiricamente adequadas e mais capazes de responder a críticas do que outras. Por fim, a proposta que aqui sugerimos é razoável por estar em consonância com preocupações axiológicas orientadas à superação das múltiplas formas de opressão social, que se interseccionam (e.g., Collins, 2022), como as de classe, gênero e étnico-raciais. Trata-se de uma postura atenta aos riscos historicamente associados às pretensões de exclusivismo teórico, vetores de reprodução de injustiças tanto epistêmicas quanto ético-políticas.

Em síntese, nenhuma das seis razões apresentadas por Skinner (1974) para escolhermos um caminho comportamentalista parece, de fato, favorecê-lo decididamente. Contudo, é importante não incorrer em anacronismo. O que está em questão não é a validade das razões apresentadas por Skinner na década de 1970, e sim a possibilidade de sustentá-las – e de que forma o seria – hoje em dia, passados 50 anos da publicação de seu livro. Interessa-nos mais refletir se os analistas

do comportamento do presente deveriam considerá-las na tomada de decisão por um caminho comportamentalista. Aparentemente, no melhor cenário, elas são inconclusivas: não nos ajudam a decidir por um caminho ou pelo outro. Propomos um pluralismo teórico moderado na Análise do Comportamento, que renuncie ao exclusivismo e favoreça diálogos com outras tradições, incluindo tradições não hegemônicas. Tal postura é mais coerente com os limites da epistemologia skinneriana e com as potencialidades do comportamentalismo radical, além de ser mais coerente com compromissos ético-políticos voltados ao enfrentamento de injustiças epistêmicas e sociais.

Os construtos seriam o problema? O caso de Sherrington

O “dentro da pele” que dá nome ao capítulo de Skinner (1974) é o “outro lugar” (Skinner, 1950) das explicações mentalistas. Pelo menos duas classes de eventos podem ser evocadas ao voltar-se para dentro da pele: processos cognitivos ou mentais tomados ao modo mentalista e processos fisiológicos. Skinner é crítico do voltar-se para o dentro “mental”, particularmente, conforme sublinhamos anteriormente, ao ser tomado como um evento “iniciador”, ou causa não comportamental, do comportamento. No entanto, às vezes esse “dentro da pele” aparece como um voltar-se para o dentro “fisiológico” – mas, diz Skinner (1974), isso é pura aparência: o sistema nervoso conceitual é tão objeto da crítica antimentalista quanto as teorias puramente psicológicas. O autor, então, elege a teoria da sinapse de Sherrington como exemplo de sistema nervoso conceitual, que seria uma proposta mentalista. Ao fazê-lo, porém, Skinner (1974) traz outra razão epistemológica potencial (além das seis já descritas anteriormente) para seguir o caminho comportamentalista. Por atuarem em outra dimensão, explicações mentalistas utilizam-se de construtos.

Vimos, com Schnaitter (1986), que explicações comportamentalistas usam dados comportamentais para explorar as propriedades dinâmicas do comportar-se em relação com o ambiente, enquanto as abordagens mentalistas usam os mes-

mos dados para inferir propriedades da dimensão “mental” concebida como causa do comportar-se sem ser, ela própria, constituída de comportamentos (ações e/ou reações em intercâmbio com o meio e sua possível transformação). Propriedades desse postulado nível de realidade são *inferidas*, porque os eventos mentais são inacessíveis. Teorias mentalistas lançam mão de construtos para se referir aos processos da dimensão “mental” que supostamente explicariam o comportamento, em um sentido de remissão aos determinantes causais que explicariam seu porquê.

Um dos principais alvos de Skinner em suas críticas às explicações mentalistas é Sherrington, por ter postulado o construto “sinapse” sem ter visto uma (Zilio, 2016c). E não foi diferente em Skinner (1974), que menciona o conceito proposto pelo fisiologista como exemplo de sistema nervoso conceitual. Cinquenta anos depois de *About Behaviorism*, é algo descabida a crítica de Skinner, não? Quem em sã consciência diria, hoje em dia, que Sherrington não deveria, ou que não foi algo louvável, ter proposto o construto “sinapse”; que ele deveria ter evitado devaneios teóricos, e se contido estritamente às descrições de processos fisiológicos observados diretamente? Nas neurociências, Sherrington permanece como “figura heróica” (Robinson, 2001, p. 35), cujo trabalho estabeleceu “as bases para os princípios fisiológicos” (Shepherd & Erulkar, 1997, p. 386). A importância de Sherrington para o campo das neurociências é incontestável.

Sherrington iniciou seus estudos sobre o reflexo espinal em 1890, influenciado por Gaskell, seu professor em Cambridge, para o qual era mais prudente estudar processos neurofisiológicos mais simples antes de focar no córtex cerebral (Finger, 2000). Sherrington seguiu essa estratégia metodológica elegendo o reflexo espinal como unidade básica de análise. Utilizou animais decerebrados para eliminar a influência cortical e analisou diretamente as fibras neurais do reflexo patelar. Pesquisa que resultou no mapeamento do circuito neurofisiológico do reflexo (o seu “arco”) (Sherrington, 1892, 1893). Em síntese, estudou o sistema nervoso real. Sherrington constatou em seus estudos que o tempo entre estimulação e resposta muscular no reflexo patelar não poderia ser

explicado apenas pelas propriedades eletroquímicas dos impulsos nervosos. Algo mais deveria estar ocorrendo no circuito (Shepherd & Erulkar, 1997). Zilio (2013) sintetizou o problema:

[Sherrington] havia descrito o circuito do reflexo patelar. Ele conhecia, portanto, os elementos que participavam da relação reflexa espinal. Em adendo, graças aos experimentos realizados por Helmholtz, Sherrington também estava ciente da velocidade média de condução de impulsos nervosos. . . . Esse dado era importantíssimo, pois a partir dele seria possível inferir com precisão aceitável o tempo médio que levaria para o impulso percorrer o circuito do reflexo desde o momento da estimulação até a atividade muscular. Tendo-se conhecimento anatômico do circuito do reflexo, especialmente do comprimento total dos nervos que dele fariam parte, seria possível calcular estimadamente o tempo médio entre estimulação e reação. Sherrington mapeou o circuito do reflexo espinal, então seria relativamente fácil realizar o cálculo. A velocidade do reflexo se mostrou menor do que a estimada apenas a partir do cálculo da velocidade da condução de impulsos nervosos. Portanto, a transmissão do reflexo, do momento da estimulação até a reação muscular, deveria envolver algo além da mera condução nervosa. Essa diferença entre velocidade do reflexo em relação à velocidade da condução de impulsos nervosos também serviu de argumento em favor da teoria sináptica. (pp. 165-166)

No início de sua carreira como pesquisador, Sherrington estudou microscopicamente os padrões de degeneração nervosa seguidos de lesões corticais. Os dados indicavam que a degeneração era circunscrita às áreas da lesão, o que sugeria indiretamente a existência de lacunas entre células

nervosas (Finger, 2000). Em adendo, Sherrington era adepto da teoria neuronal e estava ciente das pesquisas histológicas de Ramón y Cajal que fortaleciam a hipótese neuronal (Robinson, 2001). Dessa forma, esses dados concretos conduziram Sherrington à proposição do construto “sinapse”. A existência de uma superfície de separação entre células neurais cabia perfeitamente nesse quadro. Dito isso, ainda assim a “sinapse” era um construto – fazia parte do que Skinner (1974) denominou “sistema nervoso conceitual”. A sinapse só foi observada diretamente na década de 1950 com a criação dos microscópios de elétron (Robinson, 2001; Shepherd, 1991, 2010).

A crítica à proposição de construtos na prática científica parece ser subsidiada por uma concepção relativamente simplista das relações de controle operando sobre comportamento verbal de “teorizar”. Simplista porque abre as portas para uma forma de empiricismo ingênuo, segundo a qual seria possível ao cientista adotar um posicionamento imaculado ao fazer ciência. Isso seria desvencilhar-se de condições de controle de seu comportamento – que, inclusive, o fazem ser a “pessoa” que é segundo Skinner (1974) – externas às condições presentes no ambiente científico, tal como se aciona o interruptor de uma lâmpada para apagar a luz. Bom, isso não é possível (e.g., Harding, 2015; Kuhn, 1962/2006; Quine, 1961). Mesmo as generalizações empíricas são extrapolações em relação ao que se observa (Popper, 1934/2002), que envolvem conceituações não compulsórias, ditadas pelas diretrizes-guia com as quais a teoria se compromete, inclusive os compromissos ontológicos que assume, que podem se coadunar bem ou não tanto com o que se evidencia. Em outras palavras, como é amplamente aceito na epistemologia contemporânea, a observação é impregnada de teoria.

Para Skinner, o ideal parece ser que, ao “teorizar”, devemos nos esforçar para ficar sob controle dos dados e somente dos dados. Moore (2008) coloca muito bem a questão: “Ao passo que a quantidade de comportamento verbal que faz a intermediação entre o mundo e uma conclusão sobre o mundo aumenta, a oportunidade para inferências defectivas também aumenta” (p. 305). Esse “distanciamento intraverbal” (Moore,

2008, p. 305) tornaria mais provável o uso de metáforas e a confusão conceitual. Afinal, por definição, o construto é inobservável e, por sê-lo, não há como descrevê-lo a não ser pela importação de vocabulário utilizado em outros contextos, sendo um exemplo patente a metáfora computacional da mente. Em adição, propor construtos pode implicar pseudo-explicações circulares, em que se explicaria um dado fenômeno “X” pelo funcionamento do construto “Y” que, por sua vez, tem sua proposição fundamentada por “X” (Donahoe & Palmer, 1994).

O argumento epistemológico skinneriano crítico à proposição de construtos, portanto, assenta-se nos perigos em potencial de ir além dos dados diretamente observáveis (ou seja, propor construtos) ao formular explicações do fenômeno foco de estudo. Esses perigos em potencial se materializaram nas incursões teóricas de Sherrington? A resposta é negativa (Zilio, 2013). Com o exemplo de Sherrington, podemos concluir que propor construtos é prática pertinente na construção do conhecimento científico. Não existe um problema intrínseco à proposição de construtos: há apenas boas e más práticas científicas e há espaço para proposição de construtos em ambas. A título de comparação, Pavlov também propôs uma teoria do sistema nervoso conceitual, mas sua trajetória difere significativamente daquela de Sherrington, o que resultou na presença dos diversos problemas da distância intraverbal em sua teoria neurológica (ver Zilio, 2016b).

Ademais, a Análise do Comportamento não possuiria os seus próprios “construtos”, conceitos organizadores do que analistas do comportamento observam e interpretam? Quadros relacionais, metacontingências, classes de respostas, classes de estímulos, comportamentos encobertos, repertório, recombinação de repertórios, “saltos” (*cusps*) comportamentais, e o próprio “operante”, já que “o ‘comportamento operante’ que se vê ali fora no mundo é construção teórica” (Abib, 2004, p. 53) – não seriam tais conceitos exemplos de construtos? Afinal, trata-se de generalizações úteis, suscetíveis a aprimoramentos, que ditam modos de “ler” a realidade, falar sobre ela e intervir nela.

Disso se segue que a crítica epistemológica à proposição de construtos parece não ser suficiente para justificar a escolha pelo caminho comporta-

mentalista. Ela tenta, sem sucesso, interditar uma prática científica por demais útil e tão incontornável que está presente nas próprias teorizações analítico-comportamentais (Burgos & Killeen, 2018; Lazzeri & Zilio, 2024).

Teoria comportamental da mente

Se as justificativas epistemológicas de Skinner (1974) são insuficientes para subsidiar a escolha pelas explicações comportamentalistas em detrimento das mentalistas, o mesmo não vale para a teoria da mente comportamentalista radical. Nesta seção argumentaremos que a tese ontológica skinneriana segundo a qual processos mentais seriam processos comportamentais é a via mais frutífera para a manutenção de posicionamento antimentalista na Análise do Comportamento.

No início do capítulo 13, Skinner (1974) enuncia pressupostos de sua teoria da mente comportamentalista: uma pessoa é, antes de tudo, um “organismo” – um “membro de uma espécie” (p. 207) que possui características anatômicas e fisiológicas selecionadas por meio de uma história de seleção compartilhada. O organismo, porém, constrói-se como uma “pessoa” tão logo passa a interagir com o mundo em um processo de influência mútua: agindo sobre o mundo, modificando-o e sendo modificado pelas consequências de sua ação. Essa história de interação é particular, ainda que, em geral, tenda a refletir vários padrões comportamentais da cultura na qual se insere. É imanente ao ser que se comporta – daí o nome “história ontogenética”. Nessa perspectiva, a “subjetividade” deixa de ser uma propriedade mental em sentido mentalista, e passa a ser uma característica intrínseca ao comportar-se:

. . . o comportamento é subjetivo porque é inerente ao sujeito que se comporta. . .
 . . nunca seremos outro sujeito a não ser nós mesmos, e esse fato confere certa irreduzibilidade do comportamento, enquanto experiência, a uma análise puramente objetiva. Por mais que estudemos exaustivamente o comportamento, todo o conhecimento produzido nunca será o bastante para quebrarmos a barreira do ponto de vista em primeira pessoa do

organismo que se comporta. . . . Essa singularidade, por sua vez, impede qualquer tipo de redução do comportamento, enquanto experiência, a um ponto de vista objetivo em terceira pessoa. (Zilio, 2011, p. 14)

Skinner também assinala, no início do capítulo, que “o comportamento que exhibe em qualquer momento está sob o controle do cenário atual” (p. 207). Ou seja, ainda que sinalize a importância central da história de interação para a compreensão da pessoa, ela influencia o comportamento por meio das condições proximais, que estão no “cenário atual”. A história nos diz como esse cenário atual adquiriu função de controle. Trata-se da distinção entre fatores distais e fatores proximais que explicam um comportamento (e.g., Alessi, 1992). As consequências que se seguiram ao comportar-se não fazem parte do “cenário atual”, já que estão no passado, mas explicam seu porquê. O cenário atual abarca condições ambientais antecedentes imediatas ao comportar-se do presente, ainda que seja inevitavelmente arbitrário o recorte que pode ser feito entre cenário “atual” e “passado” – onde estaria a fronteira? De todo modo, o cenário atual também abre as portas para inclusão de processos fisiológicos como elementos explicativos do comportamento. Ao discutir essa inclusão, Skinner (1974) fala do fisiologista do futuro (para nós, talvez, a fisiologia do presente):

O fisiologista do futuro nos dirá tudo o que pode ser conhecido sobre o que está acontecendo dentro do organismo em comportamento. Seu relato representará um avanço importante em relação à análise do comportamento, porque esta é necessariamente “histórica” – ou seja, está limitada a relações funcionais que apresentam lacunas temporais. Algo é feito hoje que afeta o comportamento de um organismo amanhã. Não importa o quão claramente esse fato possa ser estabelecido, um passo está faltando, e devemos esperar que o fisiologista o forneça. Ele será capaz de mostrar como um organismo é modifica-

do ao ser exposto a contingências de reforço e por que o organismo modificado se comporta de maneira diferente, possivelmente muito tempo depois. O que ele descobrir não poderá invalidar as leis de uma ciência do comportamento, mas tornará o retrato da ação humana mais completo. (p. 215)

Contudo, para Skinner, não podemos incluir neste cenário atual das condições determinantes do comportamento “características ou possessões internas” (p. 207), ainda que elas pareçam fazer parte deste cenário. O autor, então, procede a uma lista exaustiva de exemplos:

entre eles sensações, hábitos, inteligência, opiniões, sonhos, personalidades, humores, decisões, fantasias, habilidades, percepções, pensamentos, virtudes, intenções, capacidades, instintos, devaneios, incentivos, atos de vontade, alegria, compaixão, defesas perceptivas, crenças, complexos, expectativas, impulsos, escolha, motivações, ideias, responsabilidades, euforia, memórias, necessidades, sabedoria, desejos, um instinto de morte, um senso de dever, sublimação, impulsos, aptidões, propósitos, vontades, um id, medos reprimidos, um senso de vergonha, extroversão, imagens, conhecimento, interesses, informação, um superego, proposições, experiências, atitudes, conflitos, significados, formações reativas, uma vontade de viver, consciência, ansiedade, depressão, medo, razão, libido, energia psíquica, reminiscências, inibições e doenças mentais. (pp. 207–208)

Para Skinner (1974), esses conceitos são ou (dependendo do caso) costumam ser utilizados de forma mentalista, ou seja, como se dissessem respeito a causas internas do comportamento. Conforme vimos anteriormente, qualquer teoria do comportamento que atribua a essas características o status de “causa” interna do comportamento pode ser consi-

derada “mentalista”. Para Skinner (1974), não está em questão a existência de emoções e pensamentos, por exemplo, mas sim seu status ontológico – em que consistem, qual sua forma de composição e relação com o restante da realidade.

As teorias mentalistas promovem uma cisão entre dimensão pré-comportamental e dimensão comportamental (Moore, 1981). Essa cisão é ontológica: para as teorias mentalistas, as características elencadas por Skinner (1974) seriam pré-comportamentais, pois não se confundem com o comportamento em seus entrelaçamentos com o ambiente. É preciso compreender, porém, que tais teorias usualmente apresentam uma definição bastante restrita de comportamento como ações física e manifesta (Lazzeri, 2019; Zilio, 2010). Ora, se se restringe a categoria “comportamento” às ações físicas e manifestas, um vasto e rico conjunto de processos “psicológicos” é deixado órfão de categorização. Se não é comportamento, o que seria? Nas teorias mentalistas, tais processos fariam parte da “cognição” ou da “mente”, tomada como dimensão pré-comportamental interna ao organismo e responsável pela produção de suas ações físicas e manifestas. Ela é “pré” justamente por anteceder e produzir a ação física e manifesta. O comportamento, nesse sentido restrito, seria um sintoma ou efeito do que ocorre “dentro” do organismo nessa dimensão pré-comportamental.

O comportamentalismo radical, contudo, compreende os comportamentos de forma menos restritiva (Carrara & Zilio, 2013), como é comum na tradição comportamental de forma mais ampla, ainda que oferecendo a ele uma compreensão mais plausível que variantes prévias de behaviorismo (Kitchener, 1977; Lazzeri, 2013). O comportamento não se restringe à ação física e manifesta. Toda e qualquer atividade que seja sensível ao (isto é, que possa mudar pelo) processo de interação do organismo com ambiente (este, por sua vez, entendido como todo e qualquer evento que possa influenciar o comportamento) pode ser considerada “comportamental”, seja ela interna ou externa, privada ou pública, acessível a terceiros ou não. Dessa forma, “pensar” (em acepções que conotam atividade; ver Lazzeri, 2020), “sentir”, “recordar”, “decidir” são atividades igualmente comportamentais a “andar”, “coçar”, “pisar” ou “falar”, no sentido de compar-

tilham a mesma natureza, isto é, os mesmos parâmetros que conferem a algo um caráter comportamental, resguardadas, é claro, as especificidades de cada caso. Para a teoria da mente comportamentalista radical, vale a máxima segundo a qual fenômenos mentais são comportamentais. Uma agenda de pesquisa relevante desta teoria da mente consiste justamente em promover análises comportamentais de categorias psicológicas (Lazzeri, 2017; Leigland, 1996; Moore, 2015; Zilio, 2010, 2023), de modo a fortalecer a tese segundo a qual, por mais que pareçam se referir a outra coisa, a fim e ao cabo, estaríamos falando de comportamentos – episódicos, em cadeia, ou em agregados mais ou menos espalhados espacial e temporalmente, a depender do caso (conforme se trata de conceitos disposicionais ou episódicos, na terminologia de Ryle, 1949), além de poderem ser operantes e/ou respondentes.

A questão aqui possui um caráter ontológico, a qual podemos caracterizar como o problema da “terceira entidade”: se não é formada por comportamentos ou por processos fisiológicos, qual seria o status ontológico da mente, isto é, de que é composto o que denominamos mente, emoções, humores, cognição, e assim por diante? Em filosofia da mente, tem-se o problema “mente-corpo”. Em uma formulação ampla, trata-se da questão sobre como tudo aquilo que se considera como mental – designado por termos psicológicos – se relaciona com o domínio do corporal e, de modo mais geral, com outros domínios da realidade – podendo ser relações redutivas, emergentes ou dualistas (Lazzeri & Zilio, 2023). Essa formulação é a de uma pergunta sobre em que consistem os fenômenos mentais e quais suas especificidades, se alguma, em relação a outros domínios da realidade. Como tal, é uma pergunta que, portanto, independe de mentalismo como um tipo de explicação do comportamento. Mas nela estão imbricadas perguntas igualmente interessantes tais como: podem coisas tipicamente tidas como inanimadas (por ex., montanhas) ter características psicológicas e por quais razões?

Mas há também formulações do problema mente-corpo que, por assim dizer, embutem nele indevidamente pressupostos que, antes, estão na verdade em disputa no cenário teórico e de visões de mundo. Segundo Kim (2005), por exemplo, o problema partiria das supostas constatações de que:

(a) processos mentais possuem poder causal sobre o comportamento; e (b) processos mentais não são idênticos ou redutíveis a processos fisiológicos. Como algo – a mente – que não seria, então, nem comportamento nem processo fisiológico, poderia exercer poder causal?

Enquanto a formulação mais ampla do problema mente-corpo é perfeitamente legítima e interessante, sendo inclusive um dentre os pontos fulcrais acerca dos quais as diferentes tradições e subtradições de pesquisa em psicologia e áreas conexas se diferenciam, para o comportamentalismo radical, uma formulação como aquela de Kim assume pressupostos equivocados desnecessariamente. Pois, para o comportamentalismo radical, “não há tal coisa chamada ‘mente’ enquanto terceira categoria que não se confunde com relações comportamentais ou processos neurofisiológicos. Logo, da negação da existência da ‘mente’ como terceira categoria distinta . . . se segue a negação da causalidade ‘mental’” (Zilio, 2016a, p. 57).

Quer dizer isso que, a partir dessa abordagem, pensamentos, emoções, etc. não exercem nenhuma influência sobre comportamentos? Não, pois fenômenos comportamentais são acontecimentos no ambiente e podem, dentro da configuração total de variáveis que influencia o comportamento, ser fatores dessa rede causal. Mas não se trata de causas; tampouco causas não comportamentais do comportar-se. A título de exemplo, tomemos uma pergunta que usualmente aparece no debate entre terapias comportamentais e terapias cognitivo-comportamentais: pensamento causa comportamento? Usualmente o “comportamento” da pergunta nos remete à ação física e manifesta e o “pensamento” à dimensão pré-comportamental. Ora, se se considera pensamento uma terceira categoria ontológica que não se confunde com processos fisiológicos ou uma forma de ação (pensar é agir...), então não. Na teoria da mente comportamentalista radical, não haveria espaço para essa categoria ontológica, o que interdita possibilidade de causalidade. Agora, se se considera a definição alargada de comportar-se, em que pensar é uma atividade realizada por um organismo, então sim, pensar pode “causar” outros comportamentos subsequentes, mas apenas no sentido de que o que fazemos no presente (incluindo o pensar) pode figurar

entre os fatores que influenciam o que faremos a seguir. Skinner (1968) nomeou de “precorrente” essa classe de comportamento, embora “pensar” seja um termo cuja aderência pragmática pela comunidade verbal seja muito mais provável. Estritamente falando, nesse tipo de caso, trata-se de um fator dentro da rede de fatores que influenciam a ocorrência do comportamento. A causa é, propriamente falando, a rede inteira de fatores relevantes.

Considerações finais

Se colocarmos numa balança, o comportamentalismo radical tem mais hoje a contribuir como uma teoria da mente crítica das teorias psicológicas tradicionais do que propriamente como uma epistemologia antimentalista da ciência. Como vimos, os argumentos epistemológicos de Skinner (1974), especialmente os de teor pragmático, não são suficientes para justificar o antimentalismo (Burgos & Killeen, 2018).

Estas duas dimensões, a teoria da mente e a epistemologia da ciência, estão entrelaçadas de tal forma no texto skinneriano que leitores interessados por esses tópicos precisam realizar um esforço hermenêutico para separá-los. É preciso ligar os pontos que formam uma teoria positiva da mente que não se mostram de maneira tão explícita nos textos skinnerianos se comparado, por sua vez, ao conteúdo epistemológico crítico das teorias psicológicas tradicionais.

Diante disso, leitores podem ter a impressão de que o comportamentalismo radical seria, acima de tudo, uma filosofia “negativa”, cujo objetivo seria apontar as falhas das teorias psicológicas tradicionais. Contudo, no processo da crítica, o comportamentalismo radical também apresenta uma teoria da mente. Assim, se considerarmos as categorias tradicionais da Filosofia, ainda que Skinner (1974) considere sua abordagem uma “filosofia da ciência”, acreditamos que o que permanece como mais relevante da obra de 1974 hoje em dia seja, na realidade, a “filosofia da mente” fundada em uma teoria comportamental da mente não mentalista.

Em síntese, explorar o problema ontológico da mente é um caminho frutífero aos analistas do comportamento de hoje que almejem sustentar a concep-

ção não mentalista da esfera psicológica. O “há” do título do capítulo de Skinner (“O que há dentro da pele?” ou “What is inside the skin?”) ganha, assim, outro contorno, um que não está totalmente explícito no conteúdo do referido capítulo. Ao questionar o que “há” dentro da pele, Skinner colocou uma questão ontológica. Cabe a nós explorá-la.

Referências

- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Zilah et al. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 13, pp. 52–61). Esetec Editores Associados.
- Alessi, G. (1992). Models of proximate and ultimate causation in psychology. *American Psychologist*, 47, 1359-1370. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.11.1359>
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas*. McGraw-Hill. (Trabalho original publicado em 2003)
- Becirevic, A., Critchfield, T. S., & Reed, D. D. (2016). On the social acceptability of behavior-analytic terms: Crowdsourced comparisons of lay and technical language. *The Behavior Analyst*, 39(2), 305-317. <https://doi.org/10.1007/s40614-016-0067-4>
- Burgos, J. E., & Killeen, P. R. (2019). Suing for peace in the war against mentalism. *Perspectives on Behavior Science*, 42(2), 241-266. <https://doi.org/10.1007/s40614-018-0169-2>
- Carrara, K., & Zilio, D. (2013) Sobre comportamento: Comentários, réplicas e considerações finais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9, 130-139. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i2.2406>
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Authors Cooperative, Inc., Publishers.
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica* (B. Barros & J. Oliveira, Trads.). Boitempo.
- Cruz, R. N. (2016). A fundação do JEAB e o isolamento histórico da análise do comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e323215>

- Donahoe, J. W., & Palmer, D. (1994). *Learning and complex behavior*. Allyn and Bacon.
- El-Hani, C. N. (2023). Convergências parciais e educação intercultural como diálogo entre sistemas de conhecimento. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências* (pp. 1-12). Realize Editora.
- Fedorov, A. A. (2010). *Behaviorology and dialectical materialism: On the way to dialogue*. *Psychology in Russia: State of the Art*, 3, 171-180. doi 10.11621/pir.2010.0007
- Finger, S. (2000). *Minds behind the brain: A history of the pioneers and their discoveries*. Oxford University Press.
- Guerin, B. (2021). *Turning psychology into a social science*. Routledge.
- Harding, S. (2015). *Objectivity and diversity: Another logic of scientific research*. Chicago University Press.
- Hineline, P. N. (1990). The origins of environment-based psychological theory. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 53(2), 305-320. <https://doi.org/10.1901/jeab.1990.53-305>
- Kim, J. (2005). *Physicalism, or something near enough*. Princeton University Press.
- Kitchener, R. F. (1977). Behavior and behaviorism. *Behaviorism*, 5(2), 11-71. <https://psycnet.apa.org/record/1979-22520-001>
- Kuhn, T. (2006). *A estrutura das revoluções científicas* (B. V. Boeira & N. Boeira, Trans.; 9ª ed.). Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1962)
- Lattal, K. A., Laipple, J. S. (2003). Pragmatism and behavior analysis. In K. A. Lattal, & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 41-61). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4757-4590-0_3
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 25-40. <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Lazzeri, F. (2013). Um estudo sobre definições de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9, 47-65. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2131>
- Lazzeri, F. (2017). The place of ordinary psychological categories in behavior analysis. *Journal of Mind and Behavior*, 38, 167-192. <https://psycnet.apa.org/record/2018-18437-001>
- Lazzeri, F. (2019). O que é behaviorismo sobre a mente? *Principia*, 23, 249-277. <https://doi.org/10.5007/1808-1711.2019v23n2p249>
- Lazzeri, F. (2020). Alguns elementos conceituais para uma teoria das relações entre pensamentos e ações. *Dissertatio*, 52, 213-230. <https://doi.org/10.15210/dissertatio.v52i0.15205>
- Lazzeri, F. (2025). Visão de mundo, concepção de mundo e correlatos: Alguns aspectos. In M. A. S. Alves & M. A. Alves (Orgs.), *Perspectivas em filosofia da mente e da informação*. Ed. ANPOF. No prelo.
- Lazzeri, F., & Zilio, D. (2023). Commitments with reductive and emergent relations in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*, 51, 102-124. <https://behavior.org/wp-content/uploads/2023/12/BP-V51-7-Lazzeri-Zilio.pdf>
- Lazzeri, F., & Zilio, D. (2024). Realismo vs. instrumentalismo em análise do comportamento: Esboço em prol de uma axiologia realista. *Philosophos: Revista de Filosofia*, 29, 1-63. <https://doi.org/10.5216/phi.v29i1.78376>
- Lazzeri, F., & Zilio, D. (2025). Teleological properties of operant behavior. *Perspectives on Behavior Science*.
- Leigland, S. (1996). The functional analysis of psychological terms: In defence of a research program. *The Analysis of Verbal Behavior*, 13, 105-122. <https://doi.org/10.1007/BF03392909>
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2ª ed. rev. ampl.). CRV.
- Moore, J. (1981). On mentalism, methodological behaviorism, and radical behaviorism. *Behaviorism*, 9, 55-67. <https://psycnet.apa.org/record/1982-08711-001>
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Sloan Publishing.
- Moore, J. (2015). *From a behavioral point of view: A psychological primer*. Sloan Publishing.
- Popper, K. (2002). *The logic of scientific discovery*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1934)
- Queiroz, G. C., Lazzeri, F. & Lopes, C. E. (2022). Merleau-Ponty, enativismo e Skinner sobre o caráter dialético do comportamento. *Ideação*,

- 45, 248-266. <https://doi.org/10.13102/ideac.v1i45.7517>
- Quine, W. V. O. (1961). *From a logical point of view: Logico-philosophical essays* (2nd ed.). Harper.
- Robinson, J. D. (2001). *Mechanisms of synaptic transmission: Bridging the gaps (1890-1990)*. Oxford University Press.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. Barnes & Noble Books.
- Sá, C. P., Soares, J., Vizzoni, E., Viale, M., & Castro, R. (1984). O status acadêmico do behaviorismo radical de B. F. Skinner no estado do Rio de Janeiro. *Forum Educacional*, 8(4), 21-44. <https://periodicos.fgv.br/fe/article/view/87589>
- Schnaitter, R. (1986). Behavior as a function of inner states and outer circumstances. In T. Thompson, & M. D. Zeiler (Eds.), *The analysis and integration of behavioral units* (pp. 247-274). Lawrence Erlbaum Associates.
- Shepherd, G. M. (1991). *Foundations of the neuron doctrine*. Oxford University Press.
- Shepherd, G. M. (2010). *Creating modern neuroscience: The revolutionary 1950s*. Oxford University Press.
- Shepherd, G. M., & Erulkar, S. D. (1997). Centenary of the synapse: From Sherrington to the molecular biology of the synapse and beyond. *Trends in Neurosciences*, 20, 385-392. [https://doi.org/10.1016/s0166-2236\(97\)01059-x](https://doi.org/10.1016/s0166-2236(97)01059-x)
- Sherrington, C. S. (1892). Notes on the arrangement of some motor fibres in the lumbo-sacral plexuses. *Journal of Physiology*, 13(6), 621-772. <https://doi.org/10.1113/jphysiol.1892.sp000428>
- Sherrington, C. S. (1893). Experiments in examination of the peripheral distribution of the fibres of the posterior roots of some spinal nerves. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London, Series B*, 184, 641-763. <http://www.jstor.org/stable/91764>
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *The Psychological Review*, 57(4), 193-216. <https://doi.org/10.1037/h0054367>
- Skinner, B. F. (1968). Teaching thinking. In B. F. Skinner, *Technology of teaching* (pp. 115-144). Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1983). *A Matter of consequences: Part three of an autobiography*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291-301. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1985.tb01953.x>
- Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: Behaviorismo radical e filosofia da mente*. Cultura Acadêmica. <https://doi.org/10.7476/9788579830907>
- Zilio, D. (2011). Consciência verbal, não-verbal e fenomênica: Uma proposta de extensão conceitual no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 13(1), 4-19. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v13i1.433>
- Zilio, D. (2013). *Análise do comportamento e neurociências: Em busca de uma possível síntese*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.47.2013.tde-22112013-163002>
- Zilio, D. (2016a). Considerações behavioristas radicais sobre causalidade mental, reducionismo e o irrealismo da mente. *Kínesis*, 8, 41-63. <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2016.v8.n17.04.p41>
- Zilio, D. (2016b). I. P. Pavlov (1849-1936): Do reflexo salivar às atividades nervosas superiores. In D. Zilio, & K. Carrara (Orgs.). *Behaviorismos: Reflexões históricas e conceituais* (Volume I, pp. 55-82). Paradigma.
- Zilio, D. (2016c). Who, what, and when: Skinner's critiques of neuroscience and his main targets. *The Behavior Analyst*, 39, 197-218. <https://doi.org/10.1007/s40614-016-0053-x>
- Zilio, D. (2023). Análise do significado dos termos psicológicos ou análise comportamentalista dos termos psicológicos? *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 14(1), 50-58. <https://doi.org/10.18761/JADA0330008>
- Zilio, D., & Carrara, K. (Eds.). (2021). *Contemporary behaviorisms in debate*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-77395-3>
- Zilio, D., Dittrich, A. (2014). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte 1: A definição de privacidade. *Acta Comportamentalia*, 22(4), 483-496. <https://www.redalyc.org/pdf/2745/274538523009.pdf>

Zilio, D., & Gonçalves, A. (2022). Desfazendo equívocos ultrapassados: Caminhos para estabelecer diálogos frutíferos entre análise do comportamento e psicologia social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 24, 1-40. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1638>

Histórico do Artigo

Submetido em: 15/12/2024

Aceito em: 01/08/2025

Editor Associado: Carlos Eduardo Lopes